

## SUMÁRIO

ATOS DO EXECUTIVO .....	1
GABINETE DO PREFEITO .....	2
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO .....	2
SECRETARIA DA SAÚDE .....	3
AMTT .....	6
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA .....	7
PUBLICAÇÃO PARTICULAR .....	7

## ATOS DO EXECUTIVO

### DECRETO 373, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a homologação do resultado final da Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o resultado final da Avaliação do Estágio Probatório dos servidores públicos aprovados e empossados após os Concursos Públicos realizados nos anos de 2009 e 2010 por esta municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final da Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos aprovados e empossados após os Concursos Públicos realizados nos anos de 2009 e 2010 por esta municipalidade, a seguir declinados.

Parágrafo único – Fica reconhecida a estabilidade em favor dos servidores que atingiram média final igual ou superior a 70 % do total dos pontos possíveis e que são adiante identificados como "APROVADO".

Código	Nome	Cargo	Admissão	Resultado
15464968	Ângela Maria Silva Mustafá	Cirurgiã Dentista (def. físico)	02/05/2011	Aprovado
15464699	Welyzangela Lemes Pinheiro	Assistente Técnico Admin.	18/04/2011	Aprovado
15464746	Ricardo Ferreira Chaves	Assistente Técnico Admin.	25/04/2011	Aprovado
15464900	Julianne Rodrigues Lima	Cirurgiã Dentista	09/05/2011	Aprovado
15465116	Jose Roberto Lopez Rivero	Médico de Atendimento Pré-hospitalar	23/05/2011	Aprovado
15466829	Francisco Ferreira Da Silva	Motorista	06/02/2015	Aprovado
15466963	Regina De Jesus Barros De Souza	Farmacêutica	06/02/2012	Aprovado

## Prefeitura de Araguaína Gabinete do Prefeito



### Imprensa Oficial

<http://diariooficial.araguaina.to.gov.br/>  
Avenida José de Brito Soares, lote 07, Quadra WZ  
Setor Anhaguera - Araguaína, Tocantins  
Telefone: (63) 3411-7022 / 9949-6218

15467739	Edval Vieira De Souza	Motorista-II	05/03/2012	Aprovado
15468482	Fabiana Ferres Tomazini Brogin	Cirurgiã Dentista	03/08/2012	Aprovado
15470952	Marcelo Araújo De Sousa	Assistente Técnico Admin	01/02/2013	Aprovado
15466817	Welton Guido Da Cruz	Motorista	13/02/2012	Aprovado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de finalização do período do estágio probatório.

RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA  
Prefeito de Araguaína

### DECRETO 374, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação de servidores da Junta Administrativa de Autuações/JADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA/TO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº. 2901/2014 bem como pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o grande número de defesas administrativas protocolados junto à Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Araguaína e a necessidade de se darem andamento em tais procedimentos regularmente;

CONSIDERANDO que a JADA é órgão julgador dentro da hierarquia do sistema recursal de autuações de trânsito da AMTT/ Araguaína.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para exercerem os cargos perante a Junta Administrativa de Autuações (JADA):

NOME	MATRÍCULA	CARGO
Thiago Spacassassi Nazário	15464780	Presidente
Ronan Silva Teixeira	15472474	Membro
Ricardo Rodrigues da Silva	15472708	Membro

Art. 2º. Determinar aos servidores nomeados acima, o estudo e elaboração da minuta do Regimento Interno para posterior aprovação, definindo provisoriamente todas as quintas-feiras a realização das reuniões até aprovação do regimento interno da Junta Administrativa de Autuações/JADA.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA  
Prefeito de Araguaína

**PORTARIA 247, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA – ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR:

I - a senhora RENATA JACONETI, inscrita no CPF 643.747.931-00, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial VII, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, atribuindo-lhe vencimentos correspondente ao Símbolo AE-VII, com efeitos retroativo ao dia 04 de agosto de 2015.

II - a senhora ANA CELIA MARQUES DE MORAES, inscrita no CPF 996.466.091-04, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial VII, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, atribuindo-lhe vencimentos correspondente ao Símbolo AE-VII, com efeitos retroativo ao dia 10 de agosto de 2015.

III - a senhora JOSILENE DOS REIAS PEREIRA, inscrita no CPF 895.789.292-34, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial VII, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, atribuindo-lhe vencimentos correspondente ao Símbolo AE-VII, com efeitos retroativo ao dia 10 de agosto de 2015.

IV - a senhora ELIANA MATOS MOREIRA BATISTA, inscrita no CPF 566.072.291-15, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial VI, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, atribuindo-lhe vencimentos correspondente ao Símbolo AE-VI, com efeitos retroativo ao dia 04 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA  
Prefeito de Araguaína

## GABINETE DO PREFEITO

### RESULTADO DE JULGAMENTO

A Superintendência de Licitações e Compras de Araguaína - TO declara, para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o seguinte resultado de licitação:

PREGÃO: 046/2015	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BOBINA TÉRMICA PARA IMPRESSORA ZEBRA GC 420D, UTILIZADAS NA CONFECÇÃO DOS CARTÕES SUS.	
EMPRESA VENCEDORA	ITEM
P.H.B. TRINDADE – EIRELI	01

Washington Luiz Pereira de Sousa  
Superintendente de Licitações e Compras

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 0140, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, através da Portaria de n. 489 de 20 de Junho de 2013,

CONSIDERANDO o Art. 35º da Lei Municipal n. 1323/93, em que a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do funcionário ou de ofício.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado no dia 26 de Agosto de 2015, com anuência do SISEPAR.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a partir de 03 de agosto de 2015, o servidor AMAURY HENRIQUE FREIRIA, investido no cargo de provimento efetivo de Assessor Administrativo, em virtude de habilitação no concurso público realizado em 05 e 06 de Fevereiro de 2005, objeto do Edital n.º 001/2004, de 16 de Dezembro de 2004, homologado em 15 de Abril de 2005.

Art. 2º - Declarar vacância do cargo mencionado no artigo primeiro.

## PREFEITURA DE ARAGUAÍNA

Wagner Rodrigues Barros  
SECRETÁRIO DE GABINETE

Fabiano Francisco de Souza  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Nahim Hanna Halum Filho  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Jocirley de Oliveira  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Simão Moura Fé Ribeiro  
SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA

Joaquim Quinta Neto Barbosa  
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Geraldo Francisco da Silva  
SECRETÁRIO DA HABITAÇÃO

José da Guia Pereira da Silva  
SECRETÁRIO INTERINO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Ronaldo Dimas Nogueira Pereira  
PREFEITO DE ARAGUAÍNA

Fraudneis Fiomare Rosa  
VICE-PREFEITO



Thiago Rodrigues Alencar  
RESPONSÁVEL TÉCNICO DO DIÁRIO OFICIAL

André Ribeiro Dias Lima  
EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL

Jean Luís Coutinho Santos  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

Wilamas Ferreira dos Santos  
SECRETÁRIO DO ESPORTE, CULTURA E LAZER

Júlio Cesar Sampaio Reis  
SECRETÁRIO DA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS

Frederico Minharro Prado  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nil Dimas  
PRESIDENTE DA FUNAMC

Gustavo Fidalgo e Vicente  
PRESIDENTE DA AMTT

Carlos Murad  
PRESIDENTE DO IMPAR

Mariana Cardoso de Souza  
CONTROLADORA GERAL

Luciana Ventura  
PROCURADORA GERAL

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 03 de agosto de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

NAHIM HANNA HALUM FILHO  
Secretário Municipal de Administração

Valor total: R\$ 928.575,81 (novecentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)

Data da Assinatura: 25/08/2015

Vigência: de 25/08/2015 a 24/08/2016

Dotação: F.P 10.301.2021.1.106 E.D: 44.90.51.99.00 FONTE: 0043 / 0040

Signatário: Secretário Municipal de Saúde

Araguaína-TO, 25 de agosto de 2015.

Publique-se

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL

PROCESSO N.º 2474.0001383/2014  
CONTRATO N.º 1370/2013  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguaína/Secretaria Municipal de Administração  
CONTRATADO: Empresa Oi S.A.  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência, do contrato n.º 1370/2013.  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial.  
VALOR ESTIMADO DE R\$: 858.356,04 (Oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 28/08/2015  
VIGÊNCIA: 30/08/2015 a 29/08/2016.  
DOTAÇÃO: CÓD: 03 –F.P: 04.122.2006.2.327 – E.D: 33.90.39.58,  
FICHA: 17  
SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Administração.

Araguaína – Estado do Tocantins, 28 de Agosto de 2015.

Publique-se.

NAHIM HANNA HALUM FILHO  
Secretário Municipal de Administração

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 284/2014

### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº 079/2015  
Processo nº 2474.0002915/2015  
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde  
Contratado: MOEDA ENGENHARIA LTDA  
Objeto: Implantação da Unidade Básica de Saúde – Tipo I –no Setor Raizal  
Modalidade: Tomada de Preços  
Valor total: R\$ 841.287,44 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).  
Data da Assinatura: 26/08/2015  
Vigência: de 26/08/2015 a 25/08/2016  
Dotação: F.P 10.301.2021.1.106 E.D: 44.90.51.99.00 FONTE: 0043 / 0040  
Signatário: Secretário Municipal de Saúde

Araguaína-TO, 26 de agosto de 2015.

Publique-se

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 284/2014

## SECRETARIA DA SAÚDE

### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº 075/2015  
Processo nº 2474.0002917/2015  
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde  
Contratado: AP EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP  
Objeto: Implantação da Unidade Básica de Saúde – Tipo II, no Setor Barros  
Modalidade: Tomada de Preços  
Valor total: R\$ 798.735,67 (setecentos e noventa e oito mil setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos)  
Data da Assinatura: 25/08/2015  
Vigência: de 25/08/2015 a 24/08/2016  
Dotação: F.P 10.301.2021.1.106 E.D: 44.90.51.99.00 FONTE: 0043 / 0040  
Signatário: Secretário Municipal de Saúde

Araguaína-TO, 25 de agosto de 2015.

Publique-se

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 284/2014

### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº 080/2015  
Processo nº 2474.0002921/2015  
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde  
Contratado: A & T CONSTRUÇÕES LTDA - ME  
Objeto: Implantação da Unidade Básica de Saúde Pedro Borges - Tipo I  
Modalidade: Tomada de Preços  
Valor total: R\$ 579.631,52 (quinhentos e setenta e nove mil seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos),  
Data da Assinatura: 26/08/2015  
Vigência: de 26/08/2015 a 25/08/2016  
Dotação: F.P 10.301.2021.1.106 E.D: 44.90.51.99.00 FONTE: 0043 / 0040  
Signatário: Secretário Municipal de Saúde

Araguaína-TO, 26 de agosto de 2015.

Publique-se

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 284/2014

### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº 078/2015  
Processo nº 2474.0002923/2015  
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde  
Contratado: AP EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP  
Objeto: Implantação da Unidade Básica de Saúde – Tipo III –no Setor Araguaína Sul  
Modalidade: Tomada de Preços

### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº 081/2015  
Processo nº 2474.0002916/2015  
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde  
Contratado: MJL CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA - ME  
Objeto: Implantação da Unidade Básica de Saúde – Tipo II –no Setor Santa Luzia  
Modalidade: Tomada de Preços  
Valor total: R\$ 671.757,41 (seiscentos e setenta e um mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos)

Data da Assinatura: 27/08/2015  
 Vigência: 27/08/2015 a 26/08/2016  
 Dotação: F.P 10.301.2021.1.106 E.D: 44.90.51.99.00 FONTE: 0043 / 0040  
 Signatário: Secretário Municipal de Saúde

Araguaína-TO, 27 de agosto de 2015.

Publique-se

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
 Secretário Municipal de Saúde  
 Portaria nº 284/2014

#### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº 082/2015  
 Processo nº 2474.0002919/2015  
 Contratante: Secretaria Municipal de Saúde  
 Contratado: MJL CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA - ME  
 Objeto: Implantação da Unidade Básica de Saúde – Tipo I –no Setor Novo Horizonte  
 Modalidade: Tomada de Preços  
 Valor total: R\$ 465.197,13 (quatrocentos e sessenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e treze centavos).  
 Data da Assinatura: 27/08/2015  
 Vigência: de 27/08/2015 a 26/08/2016  
 Dotação: F.P 10.301.2021.1.106 E.D: 44.90.51.99.00 FONTE: 0043 / 0040  
 Signatário: Secretário Municipal de Saúde

Araguaína-TO, 27 de agosto de 2015.

Publique-se

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
 Secretário Municipal de Saúde  
 Portaria nº 284/2014

#### ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 03/2015

A Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO / Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 11.046.759/0001-21, autoriza a empresa A & T CONSTRUÇÕES LTDA-ME, localizada na Rua Castro Alves, Nº. 242, Bairro JK, Araguaína – TO, inscrita no CNPJ 19.311.008/0001-05, através do Contrato nº 080/2015, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 005/2015 a dar início aos serviços da obra de Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS, objeto do contrato acima, localizada na Rua dos Tucanos, Qd. 01, Lt. 18 – Loteamento Pedro Borges, neste município, denominada UBS Pedro Borges, CNES: 5382270, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências descritas na portaria nº 339 de 04 de março de 2013.

Araguaína-TO, 28 de Agosto de 2015.

AIRTON CÉSAR VASCONCELOS ALVES  
 Engenheiro Civil  
 CREA-TO 011.565-0

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
 Secretário Municipal de Saúde  
 Portaria nº284/2014.

#### ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 04/2015

A Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO / Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 11.046.759/0001-21, autoriza a empresa AP EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP, localizada na Rua Buenos Aires, Nº 100, Setor Martins Jorge, Araguaína – TO, inscrita no CNPJ 14.332.863/0001-70, através do Contrato nº 075/2015, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 004/2015 a dar início aos serviços da obra de Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS, objeto do contrato acima, localizada na Rua 05, Lt. 01-A., Qd. 19 – Setor Coimbra, neste município, denominada UBS Coimbra, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências descritas na portaria nº 339 de 04 de março de 2013.

Araguaína-TO, 28 de Agosto de 2015.

AIRTON CÉSAR VASCONCELOS ALVES  
 Engenheiro Civil  
 CREA-TO 011.565-0

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
 Secretário Municipal de Saúde  
 Portaria nº284/2014.

#### ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 05/2015

A Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO / Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 11.046.759/0001-21, autoriza a empresa MJL CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA – ME, localizada na Rua Beatriz Silva, Nº 860, Sala 01, Centro, Tocantínia – TO, inscrita no CNPJ 17.839.809/0001-04, através do Contrato nº 081/2015, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 007/2015, a dar início aos serviços da obra de Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS, objeto do contrato acima, localizada na Rua Baixa Funda, Lt 01, Qd. 42, Setor Santa Luzia, neste município, denominada UBS Santa Luzia, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências descritas na portaria nº 339 de 04 de março de 2013.

Araguaína-TO, 28 de Agosto de 2015.

AIRTON CÉSAR VASCONCELOS ALVES  
 Engenheiro Civil  
 CREA-TO 011.565-0

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
 Secretário Municipal de Saúde  
 Portaria nº284/2014.

#### ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 06/2015

A Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO / Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 11.046.759/0001-21, autoriza a empresa AP EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP, localizada na Rua Buenos Aires, Nº 100, Setor Martins Jorge, Araguaína – TO, inscrita no CNPJ 14.332.863/0001-70, através do Contrato nº 078/2015, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 006/2015 a dar início aos serviços da obra de Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS, objeto do contrato acima, localizada na Praça Iguazu, Qd. D-10, Loteamento Araguaína Sul, neste município, denominada UBS Araguaína Sul, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências descritas na portaria nº 339 de 04 de março de 2013.

Araguaína-TO, 28 de agosto de 2015.

AIRTON CÉSAR VASCONCELOS ALVES  
 Engenheiro Civil  
 CREA-TO 011.565-0

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
 Secretário Municipal de Saúde  
 Portaria nº284/2014.

#### ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 07/2015

A Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO / Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 11.046.759/0001-21, autoriza a empresa MJL CONSTRUÇÕES E LIMPEZA LTDA – ME, localizada na Rua Beatriz Silva, Nº 860, Sala 01, Centro, Tocantínia – TO, inscrita no CNPJ 17.839.809/0001-04, através do contrato nº 082/2015, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 003/2015 a dar início aos serviços da obra de Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS, objeto do contrato acima, localizada na Rua Professora Alcione, Loteamento Novo Horizonte, neste município, denominada UBS Novo Horizonte, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências descritas na portaria nº 339 de 04 de março de 2013.

Araguaína-TO, 28 de Agosto de 2015.

AIRTON CÉSAR VASCONCELOS ALVES  
 Engenheiro Civil  
 CREA-TO 011.565-0

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº284/2014.

### ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 08/2015

A Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO / Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 11.046.759/0001-21, autoriza a empresa MOEDA ENGENHARIA LTDA, localizada na Avenida Bernardo Sayão, Nº 1695, BR. 153, Parque Vale do Araguaia, Araguaína - TO, inscrita no CNPJ 02.330.587/0001-22, através do Contrato nº 079/2015, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 009/2015 a dar início aos serviços da obra de Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS, objeto do contrato acima, localizada na Chácara 364, Setor Raizal, neste município, denominada UBS Raizal, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências descritas na portaria nº 339 de 04 de março de 2013.

Araguaína-TO, 25 de Agosto de 2015.

AIRTON CÉSAR VASCONCELOS ALVES  
Engenheiro Civil  
CREA-TO 011.565-0

JEAN LUIS COUTINHO SANTOS  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº284/2014.

#### TERMO DE COMPROMISSO PARA RECEBIMENTO DE BENS E/OU MATERIAIS

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, por sua SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e seu CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR EM ARAGUAÍNA - TO (CEREST), com sede na Prefeitura situada no Palácio Tancredo Neves, na Rua 25 de Dezembro, nº 52, Centro, Araguaína/TO, CEP 77804-030, neste ato representado pelo Secretário de Saúde Executivo, Sr. JEAN LUIS COUTINHO SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 388.875.412-72, doravante denominado, abreviadamente, de COMPROMISSÁRIO, firma o presente TERMO DE COMPROMISSO PARA RECEBIMENTO DE BENS E/OU MATERIAIS, conforme os autos da Ação Cautelar nº 0000338-11.2013.5.10.0811 e da Ação Civil Pública nº 0001372-21.2013.5.10.0811, nas quais são partes o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, representado pelo Procurador do Trabalho, Dr. LINCOLN ROBERTO NOBREGA CORDEIRO, e a empresa MINERVA S.A., nas seguintes condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1) O presente Termo de Compromisso tem por objeto fixar a previsão de responsabilidades, nos termos da Lei 8.429/92, pelos bens e/ou materiais adquiridos com recursos oriundos da conversão de indenização por danos morais coletivos fixado nos autos dos Processos nº 0000338-11.2013.5.10.0811 e nº 0001372-21.2013.5.10.0811.

1.2) O presente termo tem validade como recibo de entrega.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS BENS E SUA DESTINAÇÃO

2.1) Os bens e/ou materiais foram adquiridos pelo devedor de acordo com as normas vigentes e entregues, em forma de doação, ao Município de Araguaína, por sua Secretaria Municipal de Saúde, para utilização exclusiva no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araguaína - TO (CEREST), ressalvadas as hipóteses mencionadas no item 2.3 a seguir.

2.2) Os bens adquiridos, seus valores e características, constam das notas fiscais eletrônicas anexas, cujos números e séries encontram-se indicados no quadro a seguir, fazendo parte integrante deste instrumento:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO BEM	Nota Fiscal nº
30	CAPA DE CHUVA PVC LAMINADO SEM FORRO G AMARELA, TAMANHOS G, GG E EXG	Nº 36601 Série 1
4	LANTERNA COM 7 LEDS DE ALTA DURABILIDADE, POTÊNCIA E ECONOMIA, ECOLÓGICAMENTE CORRETA, BATERIA RECARREGÁVEL BIVOLT (110/220)	Nº 16765 Série 1
2	TRENA DIGITAL A LASER MEDIÇÃO A DISTÂNCIA ALCANCE 18 METROS	Nº 9313 Mod: 55 Série 01
32	COLETE PESADO NO BRIM NA COR AZUL PETRÓLEO COM 3 PINTURAS E QUATRO BOLSOS NOS TAMANHOS P, M, G, GG	Nº 2808 Mod: 55 Série 1
20	BOTINA NOBUCK 50B26V MARLUVAS Nº 35 A 41	Nº 16765 Série 1
500	CONJUNTO PARA APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS	Nº 9587 Mod: 55 Série 1

1	CÂMERA DIGITAL CANON POWERSHOT SX 510 HS PRETA, 12,1 MP, TELA DE LCD 3,0 SMART AITO DE 32 MODOS DE CENA, WI-FI SX HS	Nº 5351 Série 1
5	HD EXTERNO PORTÁTIL 1TB USB 3.0 SAMSUNG	Nº 5351 Série 1
1	MULTIFUNCIONAL LASER HP JET PRO MFP M 127FN	Nº 5351 Série 1
2	COMPUTADOR HP ALL IN ONE 18.5000BR COM AMD DUAL CORE 4 GB 500 GB LED 18,5" WINDOWS 8	Nº 5351 Série 1
1	PROJETOR EPSON POWERLIFE S17 3LCD SVGA (800X600) HDMI 2700 LUMENS WIFI	Nº 5351 Série 1
1	CAIXA AMPLIFICADA FRAHM 50 W USB FM SD CARD - CA 150	Nº 5351 Série 1
2	MICROFONE SEM FIO KARSECT KRU 302 DUPL0, UHF	Nº 2098 Série 1
2	TELEFONE S/FIO DECT 6.0 C IDENTIFICADOR DE CHAMADAS, GFERENCIADOR DE CHAMADAS EM	Nº 5351 Série 1
	ESPERA E EM CONFERÊNCIA, FUNÇÃO ALARME E AGENDA PARA ATE 70 CONTATOS - TS40 + 2 RAMAIS S/FIO - TS40R - TS40 TRIO INTELBRÁS	
1	NOTEBOOK SAMSUNG ATIV BOOK 2 COM INTEL DUAL CORE 4GB 500GB TELA LED HD 14" WINDOWS 8	Nº 5351 Série 1
1	NOTEBOOK TOSHIBA ATIV BOOK 2 COM INTEL DUAL CORE 4GB 500GB TELA LED HD 14" WINDOWS 8	
1	TV LED 40" SEMP TOSHIBA FULL HD COM ACESSO A INTERNET, INTERATIVIDADE DTVI, PVR READY, CONEXÕES HDMI, USB, E PC - DL 30451	Nº 330093 Série 01

2.3) Os bens recebidos pelo COMPROMISSÁRIO deverão ser utilizados exclusivamente pelo CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR DE ARAGUAÍNA - TO, e seus respectivos servidores, para atendimento dos fins únicos e específicos do CEREST de Araguaína/TO, sem desvio de finalidade, não podendo ser remanejados a outros órgãos do Município de Araguaína/TO ou outras entidades, sob pena de caracterização de ato de improbidade da pessoa que lhe der causa, nos moldes da Lei nº 8.429/1992 e reversão da doação, com posterior entrega a outro órgão/entidade com idênticos objetivos, **com as seguintes ressalvas:**

A) A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO - VE também poderá utilizar o seguinte bem: 1 (UM) HD EXTERNO PORTÁTIL 1TB USB 3,0 SAMSUNG;

B) A VIGILÂNCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO/CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSES DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO - VA/CCZ também poderão utilizar os seguintes bens: 500 (QUINHENTOS) CONJUNTOS PARA APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS; e 1 (UM) HD EXTERNO PORTÁTIL 1TB USB 3,0 SAMSUNG.

C) A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO - VISA também poderá utilizar o seguinte bem: 1 (UM) HD EXTERNO PORTÁTIL 1TB USB 3,0 SAMSUNG;

D) A SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO - SUPVISA também poderá utilizar o seguinte bem: 1 (UM) HD EXTERNO PORTÁTIL 1TB USB 3,0 SAMSUNG.

2.4) À presente doação deverá ser dada publicidade no Diário Oficial pelo COMPROMISSÁRIO, contendo a descrição de todos os bens por ele recebidos, item por item, com a devida especificação.

2.5) O COMPROMISSÁRIO fará constar no patrimônio municipal que os bens ora doados são objeto de doação realizada na Justiça do Trabalho.

2.6) O COMPROMISSÁRIO se compromete pela manutenção dos bens ora recebidos a título de doação, devendo zelar por seu bom funcionamento e destinação.

2.7) Se houver dano aos bens de difícil deterioração, o COMPROMISSÁRIO procederá ao devido conserto no prazo máximo de 90 (noventa) dias, custeando as despesas necessárias.

2.8) Em caso de inutilização do bem, a constatação somente será acatada após laudo de verificação técnica neste sentido.

2.9) Os bens ora recebidos pelo COMPROMISSÁRIO não poderão ser utilizados para promoção pessoal do gestor municipal ou dos servidores municipais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS BENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO

3.1) A fiscalização da utilização pública dos bens recebidos em doação será exercida por qualquer órgão, entidade pública e por qualquer cidadão.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1) O presente Termo de Compromisso de Recebimento de Bens e Materiais tem força de título executivo extrajudicial e segue assinado pelo **COMPROMISSÁRIO**, pelo Procurador do Trabalho e por duas testemunhas, nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil vigente, e, em caso de descumprimento das obrigações acima assumidas, haverá a imediata reversão da doação ao Ministério Público do Trabalho, com posterior entrega a outro órgão/entidade, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal e administrativa dos responsáveis, inclusive nos termos da Lei nº 8.429/92.

Araguaína - TO, 28 de agosto de 2015.

  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**LINCOLN ROBERTO NOBREGA CORDEIRO**  
 Procurador do Trabalho

  
**MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**JEAN LUÍS COUTINHO SANTOS**  
 SECRETÁRIO DE SAÚDE  
 CPF nº 388.875.412-72

**TESTEMUNHAS:**

1)   
**RAYSSA SOUSA KUHN**  
 CPF nº 029.846.221-46

2)   
**LEANDRO AUTO BARROS**  
 CPF nº 008.966.293-32

  
**HAVELTON S. MORAES**  
 CPF: 522.505.431-15  
 63.9227.6548  
 3415.7000.

**AMTT**

**PORTARIA/AMTT Nº 16, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.**

OPRESIDENTE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - AMTT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Designar o servidor JOÃO PAULO R. LEANDRO, Portaria nº 194/2013, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de Fiscal do Contrato, para fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo especificado, a fim de atender as necessidades desta Pasta, de acordo com o Processo nº 2474.0008542.

Nº do Contrato	Empresa Contratada
010/2015	REDUTO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME
OBJETO: Prestação de serviços de vigilância armada - contratação emergencial para a nova sede da AMTT- Agência Municipal de Transporte e Trânsito.	

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

I – acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas nos Contratos;

II – anotar em registro próprio, na forma de relatório, as irregularidades eventualmente encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado das medidas, bem como informar por escrito à Área de Contratos e Convênios sobre tais eventos;

III – determinar providências para retificação de irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicando através de relatório à Área de Contratos e Convênios para apreciação;

IV – relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V – opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogações de vigência ou aditamentos do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Área de Contratos e Convênios para as providências necessárias;

VI – justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências quando solicitado pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;

VII – atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII – observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX – manifestar-se por escrito, mensalmente, na forma de

relatório, acerca do referido ajuste contratual;

X – exigir que o contratado repare, corrija, remova ou substitua às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, nos termos do especificado no Edital de Licitação e seus anexos e nas cláusulas contratuais, conforme determina o Art. 69, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

**GUSTAVO FIDALGO E VICENTE**  
 Presidente da AMTT  
 Port. nº 056/2015

**PORTARIA 015/AMTT, 20 DE AGOSTO DE 2015.**

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE ARAGUAÍNA - ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a licitação é um processo administrativo em que a Administração Pública, obediente aos princípios constitucionais que a norteiam e à legislação pertinente (Lei nº 8.666de 21 de junho de 1993), selecionará a proposta mais vantajosa;

CONSIDERANDO que a dispensa prevista neste artigo refere-se às contratação de empresa especializada na prestação de serviço, do objeto pretendido pela Agência Municipal de Transporte e Trânsito.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada - contratação emergencial para a nova sede da AMTT- Agência Municipal de Transporte e Trânsito; mediante as determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - DISPENSAR A LICITAÇÃO, fundamentada nos termos do Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, para contratar a empresa REDUTO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, especializada na prestação de serviços de vigilância armada - contratação emergencial, para a nova sede da AMTT- Agência Municipal de Transporte e Trânsito, conforme processo nº 2474.0008542/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

**GUSTAVO FIDALGO E VICENTE**  
 Presidente da AMTT  
 Portaria 056/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO N.º : 09/2015  
 PROCESSO Nº: 2474.0008542  
 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguaína/Agência Municipal de Transporte e Trânsito  
 CONTRATADA: Reduto Segurança Privada LTDA – CNPJ 21.315.603/0001-52  
 OBJETO: Prestação de serviço de vigilância armada (um posto).  
 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação emergencial por dispensa de licitação  
 VALOR ESTIMADO: R\$ 100.094,16 (Cem mil noventa e quatro reais e dezesseis centavos).  
 VIGÊNCIA: 180 dias a partir da data de sua assinatura  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 15.122..2010.2.499  
 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.77  
 FICHA: 20  
 FONTE: 00.010  
 DATA ASSINATURA: 20/08/2015  
 SIGNATÁRIO: Agência Municipal de Transporte e Trânsito

Araguaína Estado do Tocantins, 31 de Agosto de 2015.

Publique-se

RESOLVE:

GUSTAVO FIDALGO E VICENTE  
Presidente da AMTT  
Portaria nº 056/2015

## CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

Portaria nº 076/2015.

Araguaína/TO, 31 de Agosto de 2015.

**“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMMISSIONADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Presidente da Câmara Municipal de Araguaína, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e,

CONSIDERANDO o Artigo 32, III, alínea “a” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araguaína/TO, bem como, o Pedido de Exoneração protocolado junto à Coordenação de Recursos Humanos no dia 25 de Agosto de 2015.

Art. 1º EXONERAR a pedido, o Senhor MURILO DE MELO ALVINO, Matrícula nº 1065478, CPF nº 049.428.621-08 do Cargo em Comissão de Assessor de Ajudância de Ordem do Vereador, com lotação junto ao Gabinete do Vereador Tercilano Gomes Araújo deste Poder Legislativo de Araguaína/TO, nomeado no Cargo em Comissão através da Portaria nº 008/2015 em 14 de Janeiro de 2015, com efeitos retroativos a 02 (dois) de Janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Araguaína, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Araguaína, Estado do Tocantins, aos 31 (trinta e um) dias do mês de Agosto de 2015.

Marcus Marcelo de Barros Araújo  
Presidente da Câmara Municipal de Araguaína/TO

## PUBLICAÇÃO PARTICULAR

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Municipal de Araguaína/TO CNPJ nº 24.232.886/0088-18 Demonstrações Financeiras				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais	
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais		Passivo e patrimônio líquido		Nota	
Ativo	Nota	2.009	Nota	2.009	(Não auditado)
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.376	Fornecedores	6	701.298
Contas de receber	-	-	Honorários médicos	7	49.241
Estoques	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	263.990
Outros ativos circulante	-	46.841	Obrigações fiscais	-	27.918
		78.216	Partes relacionadas	-	-
			Outros passivos circulante	-	-
<b>Não Circulante</b>					
Depósitos judiciais	-	-			1.042.447
Imobilizado	5	501.087	<b>Não Circulante</b>		
Intangível	-	-	Provisão para descontinuidade	9	26.248
		501.087			26.248
<b>Total do Ativo</b>		<b>579.303</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo</b>					
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b>					
	Patrimônio social	Superávit do Exercício	Total		
<b>Em 01/01/2.009 (Não auditado)</b>					
Transferência	(1.510.759)	-	(1.510.759)		
Déficit do exercício	1.021.367	1.021.367			
<b>Em 31/12/2.009</b>	<b>(1.510.759)</b>	<b>1.021.367</b>	<b>(489.392)</b>		
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>					
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.009.</b>					
Cifras apresentadas em reais.					
<b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada “a Entidade”, é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a orientação sanitária e imunização, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. <b>b) Contrato de Gestão:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 01 de outubro de 2.009, celebrou com a Prefeitura Municipal de Araguaína/TO, através de sua Secretária Municipal de Saúde, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Municipal de Araguaína, com prazo de vigência de 03 (três) anos, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, podendo ser renovado, após demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas. O Hospital Municipal de Araguaína continua sendo administrado pela Pró-Saúde e as atividades operacionais da unidade estão condicionadas a manutenção das liminares expedidas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, ou celebração de novo contrato de gestão com a Prefeitura Municipal de Araguaína. <b>2. Base de Preparação:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. <b>2.1 Base de Mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção					
<b>3. Reconhecimento no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida:</b> As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). <b>Receita diferida - Investimento:</b> Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. <b>f) Patrimônio social:</b> Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>g) Receitas e despesas:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. <b>Receitas de subvenções custeio:</b> As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. <b>Custos e despesas:</b> Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. <b>h) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:</b> A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. <b>• Passivos financeiros não derivativos:</b> Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos.					
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>					
<b>Descrição</b>					
<b>2.009</b>					
Fundo Fixo					
20.000					
Banco conta movimento (a)					
11.376					
<b>31.376</b>					
(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco do Brasil					
<b>5. Imobilizado e Intangível</b>					
<b>A) Composição</b>					
<b>Receitas Operacionais</b>					
<b>Receitas de subvenções - custeio</b>					
<b>10</b>					
<b>2.936.230</b>					
<b>Receitas de subvenções - investimento</b>					
<b>Receitas financeiras</b>					
<b>1</b>					
<b>Outras receitas</b>					
<b>11</b>					
<b>Total das Receitas</b>					
<b>2.936.241</b>					
<b>Despesas Operacionais</b>					
<b>Despesas com pessoal</b>					
<b>11</b>					
<b>(534.502)</b>					
<b>Serviços de terceiros</b>					
<b>12</b>					
<b>(784.755)</b>					
<b>Custo corporativo compartilhado</b>					
<b>13</b>					
<b>(495.081)</b>					
<b>Drogas, medicamentos e materiais</b>					
<b>14</b>					
<b>(98.538)</b>					
<b>Despesas gerais e administrativas</b>					
<b>15</b>					
<b>(1.999)</b>					
<b>Provisão para devedores duvidosos</b>					
<b>5</b>					
<b>(100.537)</b>					
<b>Despesas financeiras</b>					
<b>1</b>					
<b>(1.914.875)</b>					
<b>Total das Despesas</b>					
<b>(1.914.875)</b>					
<b>(Déficit) Superávit dos Exercícios</b>					
<b>1.021.367</b>					
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>					
<b>Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>					
<b>Superávit dos Exercícios</b>					
<b>2.009</b>					
<b>(Déficit) Superávit dos Exercícios</b>					
<b>1.021.367</b>					
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
<b>Resultados Abrangentes dos Exercícios</b>					
<b>1.021.367</b>					
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto</b>					
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais</b>					
<b>(Não auditado)</b>					
<b>2.009</b>					
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>(Déficit) superávit dos exercícios</b>					
<b>1.021.367</b>					
Ajustado por:					
Depreciação e amortização					
7.920					
Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social (1.510.759)					
Realização da subvenção de investimento					
-					
<b>Superávits concluídos</b>					
<b>(481.472)</b>					
<b>Varições nos ativos e passivos</b>					
<b>Contas de receber de clientes</b>					
<b>Estoques</b>					
<b>Outros ativos</b>					
<b>(46.841)</b>					
<b>Fornecedores</b>					
<b>701.298</b>					
<b>Honorários Médicos</b>					
<b>49.241</b>					
<b>Obrigações sociais e trabalhistas</b>					
<b>263.990</b>					
<b>Obrigações fiscais</b>					
<b>27.918</b>					
<b>Outros passivos circulante</b>					
<b>Provisão para descontinuidade</b>					
<b>26.248</b>					
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>					
<b>540.383</b>					
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
<b>Aquisições de ativo imobilizado e intangível</b>					
<b>(509.007)</b>					
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>					
<b>(509.007)</b>					
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
<b>Empréstimos tomados - Partes relacionadas</b>					
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>					
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>					
<b>31.376</b>					
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
<b>No início do exercício</b>					
<b>31.376</b>					
<b>No fim do exercício</b>					
<b>31.376</b>					
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>					
<b>31.376</b>					
<b>7. Honorários Médicos:</b> Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:					
<b>Descrição</b>					
<b>2.009</b>					
Honorários médicos pessoa jurídica					
49.241					
<b>49.241</b>					
<b>8. Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>					
<b>Descrição</b>					
<b>2.009</b>					
Salários e ordenados					
166.486					
FGTS					
17.107					
INSS					
20.720					
Provisão de férias e encargos					
51.292					
<b>8.385</b>					
<b>Outras</b>					

dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **b) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **c) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões:** Uma provisão

Itens	2.009	
	Custo	Depreciação Acumulada Líquido
Edificações e instalações	8.229	(137) 8.092
Equipamentos de informática	124.238	(1.821) 122.417
Máquinas e equipamentos	330.110	(5.053) 325.058
Móveis e utensílios	46.430	(909) 45.520
Outras imobilizações	-	(0) -
Imobilizações em andamento	-	-
(-) Subvenções a realizar	-	-
<b>Total imobilizado</b>	<b>509.007</b>	<b>(7.920) 501.087</b>

  

Itens	Adições	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/09	
				2009	2010
Edificações e instalações	8.229	-	-	8.229	-
Equipamentos de informática	124.238	-	-	124.238	-
Máquinas e equipamentos	330.110	-	-	330.110	-
Móveis e utensílios	46.430	-	-	46.430	-
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
(-) Subvenções a realizar	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	(7.920)	-	-	(7.920)
<b>Total imobilizado</b>	<b>509.007</b>	<b>(7.920)</b>	<b>-</b>	<b>501.087</b>	<b>-</b>

**C) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Edificações	4,0%
Instalações	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Outras imobilizações	10,0%

**6. Fornecedores**

Descrição	2.009
Materiais e Medicamentos	522.578
Serviços Pessoa Jurídica	169.257
Serviços Pessoa Física	2.040
Imobilizado	7.423
<b>Total</b>	<b>701.298</b>

**9. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.009
Saldo inicial	-
Adições (Nota 11 - despesa com pessoal)	27.976
Baixas por rescisões de contratos	(1.728)
<b>Saldo final</b>	<b>26.248</b>

**10. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.009 montaram R\$ 2.936.230.

**11. Despesas com Pessoal**

Descrição	2.009
Salários e ordenados	(331.188)
Insalubridade	(28.546)
Horas extras	(3.759)
Décimo terceiro salário	(36.168)
Férias	(50.397)
FGTS	(35.518)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(27.976)
Contribuição Patronal ao INSS	(112.557)
Isonção da Contribuição Patronal ao INSS	112.557
Outras despesas com pessoal	(20.950)
<b>Total</b>	<b>(534.502)</b>

**12. Serviços de Terceiros**

Descrição	2.009
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(598.603)
Serviços tomados de pessoa jurídica e física	(186.152)
<b>Total</b>	<b>(784.755)</b>

continua ➤

➤ continuação

**13. Drogas, Materiais e Medicamentos**

Descrição	2.009
Medicamentos	(186.668)
Materiais de uso do paciente	(127.643)
Gases medicinais	(2.050)
Gêneros alimentícios	(32.145)
Materiais de limpeza e lavanderia	(48.891)
Materiais e laboratório	(16.433)
Combustível e lubrificantes	(1.471)
Materiais de expediente	(9.699)
Outros	(70.081)
<b>Total</b>	<b>(495.081)</b>

**14. Despesas Gerais e Administrativas**

Descrição	2.009
Depreciação e amortização	(7.920)
Água, gás e telefonia	(2.150)
Manutenções	(2.627)
Viagens e ajuda de custo	(76.303)
Outros	(9.538)
<b>Total</b>	<b>(98.538)</b>

**15. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.009
<b>Ativos</b>	
Valor justo por meio do resultado	-
Caixa e equivalentes de caixa	31.376
Empréstimos e recebíveis	-
Contas a receber de clientes	-
<b>Total</b>	<b>31.376</b>

**Passivos**

Descrição	2.009
Pelo custo amortizado	-
Fornecedores	701.298
Honorários médicos	49.241
<b>Total</b>	<b>750.539</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **16. Inss Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social:** Por determinação da Resolução CNAS nº 7/09, de 03.02.2009, e em função do prazo de validade do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social), ter expirado em 31 de dezembro de 2009, a entidade protocolou em 11 de novembro de 2009, o pedido de renovação do referido certificado no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), devendo ser analisado à luz do Decreto nº 2.538/98, aplicando-se ao caso o previsto no artigo 3º § 3º, de referido decreto: "Desde que temporariamente requerida a renovação, a validade do Certificado contará da data do termo final do Certificado anterior." O pedido de renovação do Certificado deverá ser analisado pelo Ministério da Saúde, ao invés do CNAS, em razão da aplicação do artigo 35 da Lei nº 12.101, publicada em 30.11.2009. O recurso contra a decisão do CNAS que renovou o CEBAS da Pró-Saúde apresentado em 12.12.2006, pela então Secretária da Receita Previdenciária ao Ministro da Previdência Social foi extinto em razão do disposto no artigo 38 da Medida Provisória nº 446/08 e no artigo 62, §

11 da Constituição Federal. O Ministro da Previdência Social encaminhou à entidade o ofício nº 739, datado de 30.10.2009, informando que o recurso foi extinto, nada mais havendo que se questionar a esse respeito. A Pró-Saúde atende plenamente os requisitos determinados tanto na legislação antiga que cuida da certificação (Decreto nº 2.536/98), quando na nova (Lei nº 12.101/09), aguarda-se o regulamento mencionado pela nova legislação (artigo 4º), a ser editado pelo Ministério da Saúde para que a entidade cumpra, também, os seus requisitos para manter sua condição de imune frente a impostos, conforme lhe autoriza a Constituição Federal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal está demonstrada em contas de Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos" e a respectiva isenção em conta retificadora do mesmo grupo, não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **17. Contribuições Sociais Usufruídas:** Para fim único e exclusivo de divulgação, as contribuições sociais usufruídas foram:

Descrição	2.009
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	88.087
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	88.087

**18. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente  
 Carlos Alberto Filippelli Giraldes Diretor Financeiro da Pró-Saúde  
 Joaquim Wellington Fonseca Junior Diretor Geral do Hospital  
 Paulla Rodrigues Miranda Contadora - CRC-TO: 002154/O-8  
 Aluizio Soares dos Santos Contador Geral - TC - CRC: 1SP-114.522/03



**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar**  
**Hospital Municipal de Araguaína/TO**  
 CNPJ nº 24.232.886/0088-18  
 Demonstrações Financeiras



Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais																																																																																																			
Ativo	Nota	2.010		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.009																																																																																																	
		(Não auditado)	(Não auditado)			(Não auditado)	(Não auditado)																																																																																																
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>																																																																																																			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.637	31.376	Fornecedores	6	690.318	701.298																																																																																																
Contas de receber	-	-	-	Honorários médicos	7	344.533	49.241																																																																																																
Estoques	-	119.090	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	580.887	263.990																																																																																																
Outros ativos circulante	-	49.109	46.841	Obrigações fiscais	-	57.058	27.918																																																																																																
<b>Não Circulante</b>				Partes relacionadas	-	-	-																																																																																																
Depósitos judiciais	-	-	-	Outros passivos circulante	-	-	-																																																																																																
Imobilizado	5	886.653	501.087	<b>Não Circulante</b>		<b>1.672.596</b>	<b>1.042.447</b>																																																																																																
Intangível	-	-	-	Provisão para descontinuidade	9	108.121	26.248																																																																																																
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.078.489</b>	<b>579.303</b>	Patrimônio Líquido		108.121	26.248																																																																																																
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b>				<b>Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>																																																																																																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Patrimônio social</th> <th>Superávit do Exercício</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Em 01/01/2.009 (Não auditado)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Superávit do exercício</td> <td>(1.510.759)</td> <td>-</td> <td>(489.392)</td> </tr> <tr> <td>Em 31/12/2.009 (Não auditado)</td> <td>(1.510.759)</td> <td>1.021.367</td> <td>(489.392)</td> </tr> <tr> <td>Incorporação do déficit ao patrimônio social</td> <td>1.021.367</td> <td>(1.021.367)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Transferência</td> <td>4.966</td> <td>-</td> <td>4.966</td> </tr> <tr> <td>Déficit do exercício</td> <td>-</td> <td>(217.802)</td> <td>(217.802)</td> </tr> <tr> <td>Em 31/12/2.010</td> <td>(484.426)</td> <td>(217.802)</td> <td>(702.228)</td> </tr> </tbody> </table>					Patrimônio social	Superávit do Exercício	Total	Em 01/01/2.009 (Não auditado)	-	-	-	Superávit do exercício	(1.510.759)	-	(489.392)	Em 31/12/2.009 (Não auditado)	(1.510.759)	1.021.367	(489.392)	Incorporação do déficit ao patrimônio social	1.021.367	(1.021.367)	-	Transferência	4.966	-	4.966	Déficit do exercício	-	(217.802)	(217.802)	Em 31/12/2.010	(484.426)	(217.802)	(702.228)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2.010</th> <th>2.009</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Recitas Operacionais</td> <td>(Não auditado)</td> <td>(Não auditado)</td> </tr> <tr> <td>Recitas de subvenções-custeio</td> <td>11</td> <td>12.179.385</td> </tr> <tr> <td>Recitas de subvenções-investimento</td> <td>-</td> <td>2.936.230</td> </tr> <tr> <td>Recitas financeiras</td> <td>-</td> <td>11.975</td> </tr> <tr> <td>Outras recitas</td> <td>-</td> <td>478.387</td> </tr> <tr> <td><b>Total das Recitas</b></td> <td><b>12.669.747</b></td> <td><b>2.936.241</b></td> </tr> <tr> <td><b>Despesas Operacionais</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas com pessoal</td> <td>12</td> <td>(3.930.705)</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>13</td> <td>(6.601.897)</td> </tr> <tr> <td>Custo corporativo compartilhado</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Drogas, medicamentos e materiais</td> <td>14</td> <td>(1.601.361)</td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td>15</td> <td>(722.078)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para devedores duvidosos</td> <td>5</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>-</td> <td>(31.508)</td> </tr> <tr> <td><b>Total das Despesas</b></td> <td><b>(12.887.549)</b></td> <td><b>(1.914.875)</b></td> </tr> <tr> <td><b>(Déficit) Superávit dos Exercícios</b></td> <td><b>(217.802)</b></td> <td><b>1.021.367</b></td> </tr> </tbody> </table>					2.010	2.009	Recitas Operacionais	(Não auditado)	(Não auditado)	Recitas de subvenções-custeio	11	12.179.385	Recitas de subvenções-investimento	-	2.936.230	Recitas financeiras	-	11.975	Outras recitas	-	478.387	<b>Total das Recitas</b>	<b>12.669.747</b>	<b>2.936.241</b>	<b>Despesas Operacionais</b>			Despesas com pessoal	12	(3.930.705)	Serviços de terceiros	13	(6.601.897)	Custo corporativo compartilhado	-	-	Drogas, medicamentos e materiais	14	(1.601.361)	Despesas gerais e administrativas	15	(722.078)	Provisão para devedores duvidosos	5	-	Despesas financeiras	-	(31.508)	<b>Total das Despesas</b>	<b>(12.887.549)</b>	<b>(1.914.875)</b>	<b>(Déficit) Superávit dos Exercícios</b>	<b>(217.802)</b>	<b>1.021.367</b>													
	Patrimônio social	Superávit do Exercício	Total																																																																																																				
Em 01/01/2.009 (Não auditado)	-	-	-																																																																																																				
Superávit do exercício	(1.510.759)	-	(489.392)																																																																																																				
Em 31/12/2.009 (Não auditado)	(1.510.759)	1.021.367	(489.392)																																																																																																				
Incorporação do déficit ao patrimônio social	1.021.367	(1.021.367)	-																																																																																																				
Transferência	4.966	-	4.966																																																																																																				
Déficit do exercício	-	(217.802)	(217.802)																																																																																																				
Em 31/12/2.010	(484.426)	(217.802)	(702.228)																																																																																																				
	2.010	2.009																																																																																																					
Recitas Operacionais	(Não auditado)	(Não auditado)																																																																																																					
Recitas de subvenções-custeio	11	12.179.385																																																																																																					
Recitas de subvenções-investimento	-	2.936.230																																																																																																					
Recitas financeiras	-	11.975																																																																																																					
Outras recitas	-	478.387																																																																																																					
<b>Total das Recitas</b>	<b>12.669.747</b>	<b>2.936.241</b>																																																																																																					
<b>Despesas Operacionais</b>																																																																																																							
Despesas com pessoal	12	(3.930.705)																																																																																																					
Serviços de terceiros	13	(6.601.897)																																																																																																					
Custo corporativo compartilhado	-	-																																																																																																					
Drogas, medicamentos e materiais	14	(1.601.361)																																																																																																					
Despesas gerais e administrativas	15	(722.078)																																																																																																					
Provisão para devedores duvidosos	5	-																																																																																																					
Despesas financeiras	-	(31.508)																																																																																																					
<b>Total das Despesas</b>	<b>(12.887.549)</b>	<b>(1.914.875)</b>																																																																																																					
<b>(Déficit) Superávit dos Exercícios</b>	<b>(217.802)</b>	<b>1.021.367</b>																																																																																																					
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.010 e de 2009</b>				<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b>																																																																																																			
<p><b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, facultades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive con-</p>				<p>do para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>e) Receita diferida:</b> As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). <b>Receita diferida - investimento:</b> Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. <b>f) Patrimônio social:</b> Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>g) Recitas e despesas:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. <b>Recitas de subvenções custeio:</b> As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. <b>Custos e despesas:</b> Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações</p>																																																																																																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2.010</th> <th>2.009</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades operacionais</td> <td>(Não auditado)</td> <td>(Não auditado)</td> </tr> <tr> <td>(Déficit) Superávit dos exercícios</td> <td>(217.802)</td> <td>1.021.367</td> </tr> <tr> <td>Ajustado por:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>-</td> <td>7.920</td> </tr> <tr> <td>Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social</td> <td>4.966</td> <td>(1.510.759)</td> </tr> <tr> <td>Realização da subvenção de investimento</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Superávits conciliados</b></td> <td><b>(212.836)</b></td> <td><b>(481.472)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Variáveis nos ativos e passivos</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas de receber de clientes</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Estoques</td> <td>(119.090)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos</td> <td>(2.269)</td> <td>(46.841)</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>(10.980)</td> <td>701.298</td> </tr> <tr> <td>Honorários Médicos</td> <td>295.292</td> <td>49.241</td> </tr> <tr> <td>Obrigações sociais e trabalhistas</td> <td>316.697</td> <td>263.990</td> </tr> <tr> <td>Obrigações fiscais</td> <td>29.140</td> <td>27.918</td> </tr> </tbody> </table>					2.010	2.009	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(Não auditado)	(Não auditado)	(Déficit) Superávit dos exercícios	(217.802)	1.021.367	Ajustado por:			Depreciação e amortização	-	7.920	Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social	4.966	(1.510.759)	Realização da subvenção de investimento	-	-	<b>Superávits conciliados</b>	<b>(212.836)</b>	<b>(481.472)</b>	<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>			Contas de receber de clientes	-	-	Estoques	(119.090)	-	Outros ativos	(2.269)	(46.841)	Fornecedores	(10.980)	701.298	Honorários Médicos	295.292	49.241	Obrigações sociais e trabalhistas	316.697	263.990	Obrigações fiscais	29.140	27.918	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2.010</th> <th>2.009</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades operacionais</td> <td>(Não auditado)</td> <td>(Não auditado)</td> </tr> <tr> <td>(Déficit) Superávit dos exercícios</td> <td>(217.802)</td> <td>1.021.367</td> </tr> <tr> <td>Ajustado por:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>-</td> <td>7.920</td> </tr> <tr> <td>Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social</td> <td>4.966</td> <td>(1.510.759)</td> </tr> <tr> <td>Realização da subvenção de investimento</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Superávits conciliados</b></td> <td><b>(212.836)</b></td> <td><b>(481.472)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Variáveis nos ativos e passivos</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas de receber de clientes</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Estoques</td> <td>(119.090)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos</td> <td>(2.269)</td> <td>(46.841)</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>(10.980)</td> <td>701.298</td> </tr> <tr> <td>Honorários Médicos</td> <td>295.292</td> <td>49.241</td> </tr> <tr> <td>Obrigações sociais e trabalhistas</td> <td>316.697</td> <td>263.990</td> </tr> <tr> <td>Obrigações fiscais</td> <td>29.140</td> <td>27.918</td> </tr> </tbody> </table>					2.010	2.009	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(Não auditado)	(Não auditado)	(Déficit) Superávit dos exercícios	(217.802)	1.021.367	Ajustado por:			Depreciação e amortização	-	7.920	Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social	4.966	(1.510.759)	Realização da subvenção de investimento	-	-	<b>Superávits conciliados</b>	<b>(212.836)</b>	<b>(481.472)</b>	<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>			Contas de receber de clientes	-	-	Estoques	(119.090)	-	Outros ativos	(2.269)	(46.841)	Fornecedores	(10.980)	701.298	Honorários Médicos	295.292	49.241	Obrigações sociais e trabalhistas	316.697	263.990	Obrigações fiscais	29.140	27.918
	2.010	2.009																																																																																																					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(Não auditado)	(Não auditado)																																																																																																					
(Déficit) Superávit dos exercícios	(217.802)	1.021.367																																																																																																					
Ajustado por:																																																																																																							
Depreciação e amortização	-	7.920																																																																																																					
Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social	4.966	(1.510.759)																																																																																																					
Realização da subvenção de investimento	-	-																																																																																																					
<b>Superávits conciliados</b>	<b>(212.836)</b>	<b>(481.472)</b>																																																																																																					
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>																																																																																																							
Contas de receber de clientes	-	-																																																																																																					
Estoques	(119.090)	-																																																																																																					
Outros ativos	(2.269)	(46.841)																																																																																																					
Fornecedores	(10.980)	701.298																																																																																																					
Honorários Médicos	295.292	49.241																																																																																																					
Obrigações sociais e trabalhistas	316.697	263.990																																																																																																					
Obrigações fiscais	29.140	27.918																																																																																																					
	2.010	2.009																																																																																																					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(Não auditado)	(Não auditado)																																																																																																					
(Déficit) Superávit dos exercícios	(217.802)	1.021.367																																																																																																					
Ajustado por:																																																																																																							
Depreciação e amortização	-	7.920																																																																																																					
Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social	4.966	(1.510.759)																																																																																																					
Realização da subvenção de investimento	-	-																																																																																																					
<b>Superávits conciliados</b>	<b>(212.836)</b>	<b>(481.472)</b>																																																																																																					
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>																																																																																																							
Contas de receber de clientes	-	-																																																																																																					
Estoques	(119.090)	-																																																																																																					
Outros ativos	(2.269)	(46.841)																																																																																																					
Fornecedores	(10.980)	701.298																																																																																																					
Honorários Médicos	295.292	49.241																																																																																																					
Obrigações sociais e trabalhistas	316.697	263.990																																																																																																					
Obrigações fiscais	29.140	27.918																																																																																																					

ceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **6. Contrato de Gestão:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 16 de outubro de 2009, celebrou com a Prefeitura Municipal de Araguaína/TO, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Municipal de Araguaína, com prazo de vigência de 03 (três) anos. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **b) Ativos circulantes e não circulantes:** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. **c) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. **d) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. **e) Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **f) Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **c) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requeri-

hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros:** **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Fundo Fixo	3.824	20.000
Banco conta movimento (a)	19.813	11.376
	<b>23.637</b>	<b>31.376</b>

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco do Brasil.

**5. Imobilizado e Intangível**

**A) Composição**

Itens	2.010		2.009	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
			(Não auditado)	(Não auditado)
Edificações e instalações	139.469	-	139.469	8.092
Equipamentos de informática	175.866	-	175.866	122.417
Máquinas e equipamentos	398.104	-	398.104	325.058
Móveis e utensílios	129.208	-	129.208	45.520
Outras imobilizações	43.224	-	43.224	-
Veículos	782	-	782	-
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
(-) Subvenções a realizar	-	-	-	-
<b>Total imobilizado</b>	<b>886.653</b>	-	<b>886.653</b>	<b>501.087</b>

**B) Movimentação**

Itens	31/12/09		Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/10
	(Não auditado)	Adições			
Edificações e instalações	8.229	131.240	-	-	139.469
Equipamentos de informática	124.238	51.629	-	-	175.866
Máquinas e equipamentos	330.110	67.994	-	-	398.104
Móveis e utensílios	46.430	82.778	-	-	129.208
Outras imobilizações	-	43.224	-	-	43.224
Veículos	-	782	-	-	782
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
(-) Subvenções a realizar	-	-	-	-	-
(-) Depreciação *	(7.920)	7.920	-	-	-
<b>Total imobilizado</b>	<b>501.087</b>	<b>385.567</b>	-	-	<b>886.653</b>

**C) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Edificações	4,0%
Instalações	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Outras imobilizações	10,0%

Outros passivos circulante

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Provisão para descontinuidade	81.873	26.248
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>377.827</b>	<b>540.383</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(385.566)</b>	<b>(509.007)</b>
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(385.566)	(509.007)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(385.566)</b>	<b>(509.007)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Empréstimos tomados - Partes relacionadas	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(7.739)</b>	<b>31.376</b>
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31.376</b>	<b>-</b>
No início do exercício	23.637	31.376
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(7.739)</b>	<b>31.376</b>

**6. Fornecedores**

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Materiais e Medicamentos	226.887	522.578
Serviços Pessoa Física	9.607	2.040
Serviços Pessoa Jurídica	448.722	169.257
Imobilizado	5.102	7.423
<b>Total</b>	<b>690.318</b>	<b>701.298</b>

**7. Honorários Médicos:** Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Honorários médicos pessoa jurídica	344.533	49.241
<b>Total</b>	<b>344.533</b>	<b>49.241</b>

**8. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Salários e ordenados	181.653	166.886
FGTS	25.335	17.107
INSS	35.411	20.720
Provisão de férias e encargos	311.092	51.292
Outras	27.196	8.385
<b>Total</b>	<b>580.687</b>	<b>263.990</b>

**(a) - Empréstimos:** Corresponde a empréstimos captados da Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **9. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Saldo inicial	26.248	-
Adições (Nota 11 - despesa com pessoal)	106.485	27.976
Baixas por rescisões de contratos	(24.612)	(1.728)
<b>Saldo final</b>	<b>108.121</b>	<b>26.248</b>

**10. Provisão para Contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais.

continua

continuação

decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, não identificou contingências prováveis de perda. **11. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.010 montaram R\$ 12.179.385 (2.009 - R\$ 2.936.230). **12. Despesas com Pessoal**

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Salários e ordenados	(2.465.968)	(331.188)
Insalubridade	(235.897)	(28.546)
Horas extras	(46.914)	(3.759)
Décimo terceiro salário	(259.457)	(36.168)
Férias	(346.436)	(50.397)
FGTS	(274.552)	(35.518)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(106.485)	(27.976)
Contribuição Patronal ao INSS	(825.786)	(112.557)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	825.786	112.557
Outras despesas com pessoal	(194.996)	(20.950)
	<b>(3.930.705)</b>	<b>(534.502)</b>

**13. Serviços de Terceiros**

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(4.999.912)	(598.603)
Serviços tomados de pessoa jurídica e física	(1.601.895)	(186.152)
	<b>(6.601.897)</b>	<b>(784.755)</b>

**14. Drogas, Materiais e Medicamentos**

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Medicamentos	(308.286)	(186.668)
Materiais de uso do paciente	(656.131)	(127.643)

Gases medicinais (20.299) (2.050)

Gêneros alimentícios (266.538) (32.145)

Materiais de limpeza e lavanderia (111.206) (48.891)

Materiais e laboratório (131.161) (16.433)

Combustível e lubrificantes (3.310) (1.471)

Materiais de expediente (65.296) (9.699)

Outros (39.134) (70.081)

**Total** **(1.601.361)** **(495.081)**

**15. Despesas Gerais e Administrativas**

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Depreciação e amortização	-	(7.920)
Energia elétrica, água e telefonia	(311.101)	(2.150)
Locações	(29.955)	-
Manutenções	(165.428)	(2.627)
Viagens e ajuda de custo	(110.706)	(76.303)
Outros	(104.888)	(9.538)
	<b>(722.078)</b>	<b>(98.538)</b>

**16. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	23.637	31.376
Empréstimos e recebíveis	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
<b>Total</b>	<b>23.637</b>	<b>31.376</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado	-	-
Fornecedores	690.318	701.298
Honorários médicos	344.533	49.241
<b>Total</b>	<b>1.034.851</b>	<b>750.539</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha

alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **17. INSS Cota Patronal:** **(a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** A entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em 11.11.2009, que o encaminhou ao Ministério da Saúde em 26.02.2010, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ele não foi julgado até 31.12.2010. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2010 por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10 que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. A cota patronal está demonstrada em conta de Receitas e Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos", não afetando o superávit/ déficit do exercício e montando, em 2.010, a quantia de R\$ 825.786, (2.009 - R\$ 112.557). **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal está demonstrada em contas de Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos" e a respectiva isenção em conta retificadora do mesmo grupo, não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **18. Contribuições Sociais Usufruidas:** Para fim único e exclusivo de divulgação, as contribuições sociais usufruidas foram:

Descrição	2.010	2.009
		(Não auditado)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	380.092	88.087
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	<b>380.092</b>	<b>88.087</b>

**19. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

**Dom Eurico dos Santos Veloso** Presidente **Carlos Alberto Filippelli Giraldes** Diretor Financeiro da Pró-Saúde **Joaquim Wellington Fonseca Junior** Diretor Geral do Hospital **Paula Rodrigues Miranda** Contadora - CRC-TO: 002154/O-8 **Aluizio Soares dos Santos** Contador Geral - TC - CRC: ISP-114.522/03



**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar**  
**Hospital Municipal de Araguaína/TO**

CNPJ nº 24.232.886/0088-18  
 Demonstrações Financeiras



Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado				
Ativo	Nota	2.011		2.010		Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais	2.011	2.010
		(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)			
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	4	190.834		23.637				
Contas de receber	5	1.148.075,00		-				
Estoques		304.262	119.090					
Outros ativos circulante		59.310	49.109					
		<b>1.702.481</b>	<b>191.836</b>					
<b>Não Circulante</b>								
Depósitos judiciais		2.400	-					
Imobilizado	6	1.291.994	886.653					
Intangível		65.000	-					
		<b>1.359.394</b>	<b>886.653</b>					
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.061.875</b>	<b>1.078.489</b>					
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo</b>				<b>Demonstração do resultado abrangente</b>				
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b>				<b>Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>				
		<b>2.011</b>	<b>2.010</b>			<b>2.011</b>	<b>2.010</b>	
		(Não auditado)	(Não auditado)			(Não auditado)	(Não auditado)	
<b>Em 01/01/2.010 (Não auditado)</b>		<b>(1.510.759)</b>	<b>1.021.367</b>			<b>256.042</b>	<b>(217.802)</b>	
Transferência		4.966	-			-	-	
Incorporação do déficit ao patrimônio social		1.021.367	(1.021.367)			-	-	
Superávit do exercício		-	(217.802)			-	-	
<b>Em 31/12/2.010 (Não auditado)</b>		<b>(484.426)</b>	<b>(217.802)</b>			<b>256.042</b>	<b>(217.802)</b>	
Incorporação do déficit ao patrimônio social		(217.802)	217.802			-	-	
Transferência		856.468	-			-	-	
Déficit do exercício		-	256.042			-	-	
<b>Em 31/12/2.011</b>		<b>154.240</b>	<b>256.042</b>			<b>256.042</b>	<b>(217.802)</b>	
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>				<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto</b>				
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.011 e de 2.010</b>				<b>Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais</b>				
Cifras apresentadas em reais.								
<b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto para quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-las a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. <b>b) Contrato de Gestão:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 16 de outubro de 2.009, celebrou com a Prefeitura Municipal de Araguaína/TO, através de sua Secretária Municipal de Saúde, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Municipal de Araguaína, com prazo de vigência de 03 (três) anos. <b>2. Base de Preparação:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. <b>2.1 Base de Mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. <b>3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:</b> As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. <b>a) Estimativas contábeis:</b> A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. <b>b) Ativos circulantes e não circulantes:</b> • <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • <b>Contas a receber de clientes:</b> As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • <b>Estoques:</b> Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • <b>Imobilizado:</b> Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • <b>Intangível:</b> Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. <b>c) Passivos circulantes e não circulantes:</b> Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. <b>d) Provisões:</b> Uma provisão é reconhecida no balanço quan-				do a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>e) Receita diferida:</b> As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). <b>Receita diferida - investimento:</b> Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. <b>f) Patrimônio social:</b> Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>g) Receitas e despesas:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. <b>Receitas de subvenções custeio:</b> As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. <b>Custos e despesas:</b> Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. <b>h) Instrumentos financeiros:</b> • <b>Ativos financeiros não derivativos:</b> A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • <b>Passivos financeiros não derivativos:</b> Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade possui um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas. <b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
<b>Descrição</b>		<b>2.011</b>	<b>2.010</b>					
		(Não auditado)	(Não auditado)					
Fundo Fixo		979	3.824					
Banco conta movimento (a)		189.856	19.813					
		<b>190.834</b>	<b>23.637</b>					
<b>(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco do Brasil</b>								
<b>5. Contas a Receber</b>								
<b>Descrição</b>		<b>2.011</b>	<b>2.010</b>					
		(Não auditado)	(Não auditado)					
Secretaria de Saúde - Araguaína		1.148.075	-					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)		-	-					
		<b>1.148.075</b>	<b>-</b>					
<b>(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:</b> Constituída para fazer face aos valores vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento.								
<b>6. Imobilizado e Intangível</b>								
<b>A) Composição</b>								
		<b>2.011</b>	<b>2.010</b>					
		(Não auditado)	(Não auditado)					
<b>Itens</b>		<b>Custo</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>				
			(Não auditado)	(Não auditado)				
Edificações e instalações	232.083	-	232.083	139.469				
Equipamentos de informática	200.377	-	200.377	175.866				
Máquinas e equipamentos	643.755	-	643.755	398.104				
Móveis e utensílios	193.653	-	193.653	129.208				
Outras imobilizações	22.126	-	22.126	43.224				
Veículos	-	-	-	782				
Imobilizações em andamento	65.000	-	65.000	-				
(-) Subvenções a realizar	-	-	-	-				
<b>Total imobilizado</b>	<b>1.356.994</b>	<b>-</b>	<b>1.356.994</b>	<b>886.653</b>				
<b>B) Movimentação</b>								
<b>Itens</b>		<b>Saldo em</b>	<b>Depre-</b>	<b>Realiz-</b>	<b>Saldo em</b>			
		(Não auditado)	ciação	ações	31/12/11			
Edificações e instalações	139.469	220.179	-	(127.565)	232.083			
Equipamentos de informática	175.866	40.171	-	(15.660)	200.377			
Máquinas e equipamentos	398.104	343.724	-	(98.073)	643.755			
Móveis e utensílios	129.208	114.784	-	(50.339)	193.653			
Outras imobilizações	43.224	22.126	-	(43.224)	22.126			
Veículos	782	-	-	(782)	-			
Imobilizações em andamento	-	65.000	-	-	65.000			
(-) Subvenções a realizar	-	-	-	-	-			
(-) Depreciação *	-	-	-	-	-			
<b>Total imobilizado</b>	<b>886.653</b>	<b>805.984</b>	<b>-</b>	<b>(335.643)</b>	<b>1.356.994</b>			
<b>8. Honorários Médicos:</b> Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:								
<b>Descrição</b>		<b>2.011</b>	<b>2.010</b>					
		(Não auditado)	(Não auditado)					
Honorários médicos pessoa jurídica		597.225	344.533					
		<b>597.225</b>	<b>344.533</b>					
<b>9. Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>								
<b>Descrição</b>		<b>2.011</b>	<b>2.010</b>					
		(Não auditado)	(Não auditado)					
Salários e ordenados		217.332	181.653					
FGTS		28.950	25.335					
INSS		24.350	35.411					
Provisão de férias e encargos		274.392	311.902					
Outras		9.787	27.196					
		<b>554.811</b>	<b>580.871</b>					
<b>(a) - Empréstimos:</b> Corresponde a empréstimos captados da Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. <b>(b) - Serviços Corporativos Compartilhados:</b> Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. <b>10. Provisão para Descontinuidade de Contrato:</b> Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de								

continua

continuação

gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.011	2.010
Saldo inicial	108.121	26.248
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	149.417	98.830
Baixas por rescisões de contratos	(39.515)	(16.957)
<b>Saldo final</b>	<b>218.023</b>	<b>108.121</b>

**11. Provisão para Contingências:** A entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, não identifica contingências prováveis de perda. **12. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína - TO, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.011 montaram R\$ 14.816.539 (2.010 - R\$ 12.179.385).

**13. Despesas com Pessoal**

Descrição	2.011	2.010
Salários e ordenados	(3.054.491)	(2.465.958)
Inssalbridade	(267.503)	(235.897)
Horas extras	(87.499)	(46.914)
Décimo terceiro salário	(273.412)	(259.457)
Férias	(311.099)	(346.436)
FGTS	(316.137)	(274.552)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(154.091)	(106.485)
Contribuição Patronal ao INSS	(1.028.543)	(825.786)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	1.028.543	825.786
Outras despesas com pessoal	(217.706)	(194.996)
	<b>(4.681.938)</b>	<b>(3.930.705)</b>

**14. Serviços de Terceiros**

Descrição	2.011	2.010
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(5.420.808)	(4.999.912)
Serviços tomados de pessoa jurídica e física	(779.311)	(1.601.985)
	<b>(6.200.119)</b>	<b>(6.601.897)</b>

**15. Drogas, Materiais e Medicamentos**

Descrição	2.011	2.010
Medicamentos	(366.790)	(308.286)
Materiais de uso do paciente	(457.494)	(656.131)
Gases medicinais	(117.819)	(20.299)
Gêneros alimentícios	(357.786)	(266.538)
Materiais de limpeza e lavanderia	(126.538)	(111.206)
Materiais e laboratório	(85.509)	(131.161)
Combustível e lubrificantes	(22.007)	(3.310)
Materiais de expediente	(84.558)	(65.296)
Outros	(183.291)	(39.134)
Ajuste de Inventário	387.287	-
	<b>(1.414.505)</b>	<b>(1.601.361)</b>

**16. Despesas Gerais e Administrativas**

Descrição	2.011	2.010
Depreciação e amortização	-	-
Energia elétrica, água e telefonia	(343.945)	(311.101)
Locações	(42.782)	(29.955)
Manutenções	(60.929)	(165.428)
Viagens e ajuda de custo	(68.233)	(110.706)
Outros	(1.694.547)	(104.888)
	<b>(2.210.437)</b>	<b>(722.078)</b>

**17. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.011	2.010
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	190.834	23.637
Empréstimos e recebíveis	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
<b>Total</b>	<b>190.834</b>	<b>23.637</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado	-	-
Fornecedores	1.245.207	690.318
Honorários médicos	597.225	344.533
<b>Total</b>	<b>1.842.432</b>	<b>1.034.851</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **18. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social:** A entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em novembro de 2009, que o encaminhou ao Ministério da Saúde em fevereiro de 2010, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.011, por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal está demonstrada em contas de Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos" e a respectiva isenção em conta retificadora do mesmo grupo, não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **19. Contribuições Sociais Usufruidas:** Para fim único e exclusivo de divulgação, as contribuições sociais usufruidas foram:

Descrição	2.011	2.010
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	444.724	380.092
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	23.044	-
	<b>467.768</b>	<b>380.092</b>

**20. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente  
 Carlos Alberto Filippelli Giraldes Diretor Administrativo e Financeiro da Pró-Saúde  
 Joaquim Wellington Fonseca Junior Diretor Geral do Hospital  
 Paula Rodrigues Miranda Contadora - CRC-TO: 002154/O-8  
 Aluizio Soares dos Santos Contador Geral - TC - CRC: 1SP-114.522/03

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar**  
**Hospital Municipal de Araguaína/TO**  
 CNPJ nº 24.232.888/0088-18  
 Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado			
Ativo	Nota	2.012	2.011	Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais		2.012	2.011
		(Não auditado)	(Não auditado)	Nota	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	482.119	190.834	7	1.327.754	1.245.207	
Contas de receber	5	4.721.235	1.148.075,00	8	660.280	597.225	
Estoques		319.797	304.262	9	1.175.294	554.811	
Outros ativos circulante		93.548	59.310		99.979	36.327	
		<b>5.616.699</b>	<b>1.702.481</b>				
<b>Não Circulante</b>							
Depósitos judiciais		6.290	2.400				
Imobilizado	6	1.529.833	1.291.994				
Intangível		10.805	65.000				
		<b>1.546.928</b>	<b>1.359.394</b>				
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.163.627</b>	<b>3.061.875</b>				
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>							
<b>Não Circulante</b>							
Provisão para descontinuidade	10	380.675	218.023				
		<b>380.675</b>	<b>218.023</b>				
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Superávit acumulado		256.042	-				
Patrimônio social		154.240	(702.228)				
Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social (Déficit) superávit dos exercícios		(239.829)	856.468				
		<b>3.519.645</b>	<b>410.282</b>				
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.163.627</b>	<b>3.061.875</b>				
constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>e) Receita diferida:</b> As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamental). <b>Receita diferida - investimento:</b> Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, reductora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. <b>f) Patrimônio social:</b> Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>g) Receitas e despesas:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. <b>Receitas de subvenções custeio:</b> As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. <b>Custos e despesas:</b> Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. <b>h) Instrumentos financeiros:</b> <b>Ativos financeiros não derivativos:</b> A entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. <b>Passivos financeiros não derivativos:</b> Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.							
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>							
Descrição		2.012	2.011				
		Não auditado	(Não auditado)				
Fundo Fixo		1.354	979				
Banco conta movimento (a)		480.765	189.856				
		<b>482.119</b>	<b>190.834</b>				
(a) correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco do Brasil							
<b>5. Contas a Receber</b>							
Descrição		2.012	2.011				
		Não auditado	(Não auditado)				
		482.119	190.834				
C) Taxas de depreciação							
As taxas de depreciação e amortização praticadas são:							
Descrição						Taxa ao ano	
Edificações						4,0%	
Instalações						10,0%	
Equipamentos de informática						20,0%	
Máquinas e equipamentos						10,0%	

meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **b) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilização: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **c) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou

Secretaria de Saúde - Araguaína	4.721.235	1.148.075		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	4.721.235	-		
<b>(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:</b> Constituída para fazer face aos valores vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento.				
<b>6. Imobilizado e Intangível</b>				
<b>A) Composição</b>			2.012	2.011
			Depreciação	Líquido
			Acumulada	(Não auditado)
<b>Itens</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
	<b>Não auditado</b>		<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>
Edificações e instalações	461.938	-	461.938	232.083
Equipamentos de informática	287.497	-	287.497	200.377
Máquinas e equipamentos	721.513	-	721.513	643.755
Móveis e utensílios	278.261	-	278.261	193.653
Outras imobilizações	22.526	-	22.526	22.126
Veículos	4.150	-	4.150	-
Imobilizações em andamento	10.805	-	10.805	65.000
(-) Subvenções a realizar	(246.052)	-	(246.052)	-
<b>Total imobilizado</b>	<b>1.540.638</b>	<b>-</b>	<b>1.540.638</b>	<b>1.356.994</b>
<b>B) Movimentação</b>				
	<b>Saldo em</b>	<b>Depre-</b>	<b>Real-</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>(Não auditado)</b>	<b>ciacão</b>	<b>zações</b>	<b>31/12/12</b>
				<b>Não auditado</b>
Edificações e instalações	232.083	229.855	-	461.938
Equipamentos de informática	200.377	87.120	-	287.497
Máquinas e equipamentos	643.755	77.758	-	721.513
Móveis e utensílios	193.653	84.608	-	278.261
Outras imobilizações	22.126	400	-	22.526
Veículos	-	4.150	-	4.150
Imobilizações em andamento	65.000	(54.195)	-	10.805
(-) Subvenções a realizar	-	(246.052)	-	(246.052)
(-) Depreciação *	-	-	-	-
<b>Total imobilizado</b>	<b>1.356.994</b>	<b>183.644</b>	<b>-</b>	<b>1.540.638</b>

Móveis e utensílios	10,0%	
Outras imobilizações	10,0%	
<b>7. Fornecedores</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>Não auditado</b>	<b>(Não auditado)</b>
Materiais e Medicamentos	383.032	370.450
Serviços Pessoa Física	2.094	566
Serviços Pessoa Jurídica	922.413	862.011
Imobilizado	20.215	12.180
	<b>1.327.754</b>	<b>1.245.207</b>
<b>8. Honorários Médicos:</b> Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>Não auditado</b>	<b>(Não auditado)</b>
Honorários médicos pessoa jurídica	660.280	597.225
	<b>660.280</b>	<b>597.225</b>
<b>9. Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>Não auditado</b>	<b>(Não auditado)</b>
Salários e ordenados	416.790	217.332
FGTS	58.259	28.950
INSS	39.375	24.350
Provisão de férias e encargos	597.468	274.392
Outras	63.402	9.787
	<b>1.175.294</b>	<b>554.811</b>
<b>(a) - Empréstimos:</b> Corresponde a empréstimos captados da Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. <b>(b) - Serviços Corporativos Compartilhados:</b> Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. <b>10. Provisão para Descontinuidade de Contrato:</b> Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de		

continua >

> continuação

gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>
Saldo inicial	218.024	108.121
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	225.825	149.417
Baixas por rescisões de contratos	(63.173)	(39.514)
<b>Saldo final</b>	<b>380.675</b>	<b>218.024</b>
<b>11. Provisão para Contingências:</b> A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, não identificou contingências prováveis de perda. <b>12. Receitas de Subvenções - Custeio:</b> As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.012 montaram R\$ 24.676.636 (2.011 - R\$ 14.816.539). <b>13. Despesas com Pessoal</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>
Salários e ordenados	(4.630.672)	(3.054.491)
Insalubridade	(438.187)	(267.503)
Horas extras	(147.589)	(87.499)
Décimo terceiro salário	(490.227)	(273.412)
Férias	(798.011)	(311.099)
FGTS	(516.827)	(316.137)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(251.930)	(154.091)
Contribuição Patronal ao INSS	(1.613.995)	(1.028.543)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	1.613.995	1.028.543
Outras despesas com pessoal	(388.227)	(217.706)
	<b>(7.661.670)</b>	<b>(4.681.938)</b>
<b>14. Serviços de Terceiros</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(6.747.009)	(5.420.808)
Serviços tomados de pessoa jurídica e física	(1.222.041)	(779.311)
	<b>(7.969.050)</b>	<b>(6.200.119)</b>

<b>15. Drogas, Materiais e Medicamentos</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>Não auditado</b>	<b>(Não auditado)</b>
Medicamentos	(394.986)	(366.790)
Materiais de uso do paciente	(535.479)	(457.494)
Gases medicinais	(108.764)	(117.819)
Gêneros alimentícios	(469.765)	(357.786)
Materiais de limpeza e lavanderia	(257.065)	(126.538)
Materiais e laboratório	(124.188)	(85.509)
Combustível e lubrificantes	(44.201)	(22.007)
Materiais de expediente	(86.254)	(84.558)
Outros	(89.965)	(183.291)
Ajuste de Inventário	-	387.287
	<b>(2.110.667)</b>	<b>(1.414.505)</b>
<b>16. Despesas Gerais e Administrativas</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>Não auditado</b>	<b>(Não auditado)</b>
Depreciação e amortização	-	-
Energia elétrica, água e telefonia	(624.838)	(343.945)
Locações	(153.861)	(42.782)
Manutenções	(242.285)	(60.929)
Viagens e ajuda de custo	(118.087)	(68.233)
Outros	(2.564.136)	(1.694.547)
	<b>(3.703.207)</b>	<b>(2.210.436)</b>
<b>17. Instrumentos Financeiros:</b> Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>Não auditado</b>	<b>(Não auditado)</b>
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	482.119	190.834
Empréstimos e recebíveis	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
<b>Total</b>	<b>482.119</b>	<b>190.834</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado	-	-
Fornecedores	1.327.754	1.245.207
Honorários médicos	660.280	597.225
<b>Total</b>	<b>1.988.034</b>	<b>1.842.432</b>

<b>Risco de liquidez:</b> O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. <b>18. INSS Cota Patronal:</b> (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: A entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em novembro de 2009, que o encaminhou ao Ministério da Saúde em fevereiro de 2010, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.011, por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. <b>(b) Apresentação da cota patronal:</b> A cota patronal está demonstrada em contas de Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos" e a respectiva isenção em conta retificadora do mesmo grupo, não afetando o resultado do exercício. <b>(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:</b> A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. <b>19. Contribuições Sociais Usufruídas:</b> Para fim único e exclusivo de divulgação, as contribuições sociais usufruídas foram:		
<b>Descrição</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
	<b>Não auditado</b>	<b>(Não auditado)</b>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	745.229	444.724
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	301.427	23.044
	<b>1.046.656</b>	<b>467.768</b>
<b>20. Pacientes Atendidos:</b> A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.		

Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente Carlos Alberto Filippelli Giraldes Diretor Administrativo e Financeiro da Pró-Saúde Joaquin Welington Fonseca Junior Diretor Geral do Hospital Paula Rodrigues Miranda Contadora - CRC-TO: 002154/O-8 Aluizio Soares dos Santos Contador Geral - TC - CRC: 1SP-114.522/03

<p><b>PRÓ Saúde</b></p> <p><b>Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar</b></p> <p><b>Hospital Municipal de Araguaína/TO</b></p> <p>CNPJ nº 24.232.886/0088-18</p> <p><b>Demonstrações Financeiras</b></p>									
<p><b>Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais</b></p>					<p><b>Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais</b></p>				
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>		<b>Nota</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>		
		<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>			<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>		
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	88.243	482.119		Fornecedores	7	2.269.613	1.327.754	
Contas de receber	5	6.478.358	4.721.235		Honorários médicos	8	694.468	660.280	
Estoques		326.600	319.797		Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.357.055	1.175.294	
Outros ativos circulante		117.753	93.548		Obrigações fiscais		60.405	99.979	
		<b>7.010.954</b>	<b>5.616.699</b>		Partes relacionadas		-	-	
<b>Não Circulante</b>					Outros passivos circulante		14.172	-	
Depósitos judiciais		12.888	6.290				<b>4.395.713</b>	<b>3.263.307</b>	
Imobilizado	6	1.707.668	1.529.833		<b>Não Circulante</b>				
Intangível		21.834	10.805		Provisão para descontinuidade	10	523.177	380.675	
		<b>1.742.390</b>	<b>1.546.928</b>				<b>523.177</b>	<b>380.675</b>	
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.753.344</b>	<b>7.163.627</b>		<b>Patrimônio Líquido</b>				
							256.042		
<p><b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b></p>					<p><b>Passivo e patrimônio líquido</b></p>				
		<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit do Exercício</b>	<b>Total</b>					
<b>EM 31/12/2.011</b>		154.240	256.042	410.282	Patrimônio social		3.520.102	154.240	
Incorporação do deficit ao patrimônio social		256.042	(256.042)	-	Transferências entre a unidade e Sede Administrativa e Social		-	(239.829)	
Transferência		(239.829)	-	(239.829)	(Déficit) superávit dos exercícios		314.352	3.349.192	
Déficit do exercício		-	3.349.192	3.349.192			3.834.454	3.519.645	
<b>EM 31/12/2.012</b>		170.452	3.349.192	3.519.645	<b>Total do Passivo</b>		<b>8.753.344</b>	<b>7.163.627</b>	
Incorporação do deficit ao patrimônio social		3.349.192	(3.349.192)	-					
Transferência		457	-	457					
Déficit do exercício		-	314.352	314.352					
<b>Em 31/12/2.013</b>		3.520.102	314.352	3.834.454					
<p><b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.013 e de 2012</b></p>					<p><b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b></p>				
		<b>2.013</b>	<b>2.012</b>			<b>2.013</b>	<b>2.012</b>		
		<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>			<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>		
<b>(Déficit) Superávit dos Exercícios</b>		314.352	3.349.192		<b>Outros resultado abrangentes</b>		-		
<b>Outros resultado abrangentes</b>		-	-		<b>Resultado Abrangente dos Exercícios</b>		314.352	3.349.192	
<b>Resultado Abrangente dos Exercícios</b>		314.352	3.349.192						
<p><b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b></p>					<p><b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais</b></p>				
		<b>2.013</b>	<b>2.012</b>			<b>2.013</b>	<b>2.012</b>		
		<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>			<b>(Não auditado)</b>	<b>(Não auditado)</b>		

Critas apresentadas em reais.

**1. Contexto Operacional:** a) **Objetivos Sociais:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto para quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) **Contrato de Gestão:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 16 de outubro de 2.009, celebrou com a Prefeitura Municipal de Araguaína/TO, através de sua Secretária Municipal de Saúde, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Municipal de Araguaína, com prazo de vigência de 03 (três) anos. Desde então, ocorreram 6 (seis) termos aditivos que dentre as alterações efetuadas, prorrogaram o contrato de gestão até 16 de outubro de 2.014.

**2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e permissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) **Ativos circulantes e não circulantes:** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. c) **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventual perda na realização dos créditos, quando necessário. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilização:** Demonstra o valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Demonstra o valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) **Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais

nubilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, reductora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) **Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) **Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Recargas de subvenções custeio:** As recargas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. h) **Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

Descrição	2013	2012
Fundo Fixo	4.514	1.354
Banco conta movimento (a)	83.729	480.765
	<b>88.243</b>	<b>482.119</b>

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco do Brasil.

Descrição	2013	2012
Secretaria de Saúde - Araguaína	6.478.358	4.721.235
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	6.478.358	4.721.235

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída para fazer face aos valores vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento.

Depreciação	2013	2012
Edificações e instalações	508.911	461.938
Equipamentos de informática	312.131	287.497
Máquinas e equipamentos	747.267	721.513
Móveis e utensílios	370.457	278.261
Outras imobilizações	4.150	22.526
Imobilizações em andamento	10.804	10.805
(-) Subvenções a realizar	(246.052)	(246.052)
<b>Total imobilizado</b>	<b>1.707.668</b>	<b>1.540.638</b>

Intens	Saldo em 31/12/12	Adições	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/13
Edificações e instalações	461.938	46.973	-	-	508.911
Equipamentos de informática	287.497	24.634	-	-	312.131
Máquinas e equipamentos	721.513	25.753	-	-	747.267
Móveis e utensílios	278.261	91.504	-	-	370.457
Outras imobilizações	4.150	-	-	-	4.150
Imobilizações em andamento	10.804	-	-	-	10.804
(-) Subvenções a realizar	(246.052)	-	-	(246.052)	-
(-) Depreciação *	-	-	-	-	-
<b>Total imobilizado</b>	<b>1.540.638</b>	<b>188.864</b>	-	-	<b>1.707.668</b>

Fluxo de caixa das atividades operacionais (Déficit) superávit dos exercícios	314.352	3.349.192
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	-	-
Transferência de valores entre a unidade e Sede Administrativa e Social	-	(239.829)
Realização da subvenção de investimento	314.352	2.950.415
<b>Superávits conciliados</b>	<b>314.352</b>	<b>2.950.415</b>

Variações nos ativos e passivos	(1.757.123)	(3.573.160)
Contas de receber de clientes	(1.757.123)	(3.573.160)
Estoques	(6.803)	(15.535)
Outros ativos	(30.803)	(38.128)
Fornecedores	941.859	82.547
Honorários Médicos	34.188	63.055
Obrigações sociais e trabalhistas	181.761	620.483
Outros passivos circulante	(39.574)	63.652
Provisão para descontinuidade	142.502	162.652
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(205.012)</b>	<b>315.982</b>

Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(188.864)	(24.697)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(188.864)	(24.697)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(188.864)</b>	<b>(24.697)</b>

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(393.876)	291.285
Empréstimos tomados - Partes relacionadas	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(393.876)</b>	<b>291.285</b>

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	482.119	190.834
No início do exercício	482.119	190.834
No fim do exercício	88.243	482.119
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(393.876)</b>	<b>291.285</b>

Descrição	2013	2012
Edificações	-	4,0%
Instalações	-	10,0%
Equipamentos de informática	-	20,0%
Máquinas e equipamentos	-	10,0%
Móveis e utensílios	-	10,0%
Outras imobilizações	-	10,0%

Descrição	2013	2012
Material e Medicamentos	828.042	383.032
Serviços Pessoa Física	2.145	2.094
Serviços Pessoa Jurídica	1.363.694	922.413
Imobilizado	75.732	20.215
<b>Total</b>	<b>2.269.613</b>	<b>1.327.754</b>

Descrição	2013	2012
Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:		
Honorários médicos pessoa jurídica	694.468	660.280
<b>Total</b>	<b>694.468</b>	<b>660.280</b>

Descrição	2013	2012
Salários e ordenados	445.871	416.790
FGTS	63.697	58.259
INSS	80.194	39.375
Provisão de férias e encargos	699.158	597.468
Outras	68.135	63.402
<b>Total</b>	<b>1.357.055</b>	<b>1.175.294</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)	259.000	225.825
Baixas por rescisões de contratos	(116.498)	(63.173)
<b>Saldo final</b>	<b>523.177</b>	<b>380.675</b>

Descrição	2013	2012
Saldo inicial	380.675	218.024
Adições (Nota 13 - despesa com pessoal)		